

**GLOBALIZAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO E
FACTO LITERÁRIO EM ANGOLA.
Aproximação a uma sociologia do romance angolano¹**

José Carlos Venâncio*

0. Algumas considerações preliminares

O presente texto é parte de um projecto que tem a relação entre o fenómeno da globalização e a situação cultural e literária no chamado Terceiro Mundo como principal objecto. Para além da experiência cultural e literária da África de língua portuguesa, com especial atenção votada à experiência angolana, serão ainda estudadas, em pormenor, as literaturas brasileira e macaense. Será dada especial atenção a escritores como Pepetela e Uanhenga Xitu, ambos de Angola, João Ubaldo Ribeiro, do Brasil, e Henrique de Senna Fernandes, de Macau.

O estudo da situação africana, enquanto realidade historicamente específica, leva-nos a contemplar uma terceira variável, a da democratização política, cuja ocorrência, se não é propriamente uma derivação do fenómeno da globalização, não deixa de se repercutir em África (e naturalmente em Angola) como um dos seus rostos visíveis.

A análise debruçar-se-á fundamentalmente sobre o romance. Num projecto em que se pretende estudar a relação entre globalização e criatividade literária no Terceiro Mundo, a escolha do discurso romanescos, como objecto de estudo privilegiado, não é propriamente fortuita. O romance é, dos géneros literários, o que, pela sua natureza unitária e ideológica, melhor se presta a um estudo deste teor, fortemente orientado para uma vertente sociológica. Aliás, vale mencionar,

¹ Este texto serviu de base à minha comunicação no V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, que decorreu na cidade do Maputo de 1 a 5 de Setembro de 1998.

*Universidade da Beira Interior e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

a este propósito, a importância que este género literário teve na afirmação da sociologia da literatura como disciplina autónoma. Lembremo-nos, para tanto, de dois nomes clássicos no domínio: Lukács (1971) e Goldmann (1964).

Mas a escolha do romance como indicador privilegiado da relação entre globalização e vivência cultural local obedece ainda a um outro objectivo. O romance é, de todos os géneros literários, o mais vendável. A evocação desta sua característica, remete-nos, atendendo ao propósito deste projecto, para a discrepância entre os mercados dos países industrializados do Ocidente e os mercados dos países menos desenvolvidos, os países do Terceiro Mundo. Enquanto os primeiros são protagonizados por actores que, para além do gosto, têm, em princípio, suficiente capacidade financeira para adquirir bens culturais, o mesmo não se passa nos mercados do Terceiro Mundo. Este desequilíbrio tem, aliás, levado a que produtores culturais dos países menos desenvolvidos, num esforço de afirmação da sua autonomia financeira e artística, se vejam obrigados a orientar a sua criatividade para o mercado e a expectativa estética de consumidores, agentes culturais e críticos de arte dos países mais desenvolvidos. Entre os criadores culturais que assim procedem encontram-se, a par dos pintores e dos músicos e eventualmente dos produtores de artesanato, os romancistas. De tal forma este processo se tem aprofundado que não será seguramente exagero afirmar que hoje, neste mundo globalizado ou que se pretende como tal, entre os bens (para não dizer mercadorias) exportáveis do Terceiro Mundo, os culturais (a música, a pintura, o artesanato e o romance) ocupam um lugar significativo, se não mesmo de honra, nalguns casos.

1. Os contextos históricos

Várias são as leituras possíveis, em termos sociológicos, do fenómeno da globalização. A perda de significado das ideologias políticas e a emergência da ideologia de mercado é, sem dúvida alguma, uma das facetas mais relevantes. De tal forma relevante que muitos, geralmente a partir de espaços de enunciação localizados no Terceiro Mundo, o têm identificado com neo-liberalismo. Se em fins dos anos 80 o termo era ainda usado para nomear fundamentalmente a mundialização do processo produtivo [é assim que o *The Penguin Dictionary of Sociology* (Londres 1987/1994) se lhe refere], com o fim

da Guerra Fria e com a conseqüente abertura dos mercados do Leste europeu, com o enorme avanço que as tecnologias de informação registaram desde então, fazendo do mundo uma “aldeia global” (para utilizar a expressão de Marshall MacLuhan), rapidamente o sector da comercialização se sobrepôs ao da produção. Falar em comercialização neste contexto será o mesmo que mencionar a padronização do consumo e, como tal, a homogeneização cultural que lhe está, em princípio, subjacente.

Não há, contudo unanimidade quanto à interpretação desta suposta homogeneidade. Enquanto uns se referem mais a uma uniformização cultural, são os defensores da chamada “one world thesis” (Albrow 1990; Genov 1997), outros, afastando o espectro do eurocentrismo implícito na posição anterior, entendem a globalização como um processo de hibridização ou mesmo de criouliização (Pieterse 1994; Lee 1997). Partilhando desta segunda posição parece estar Giddens (1997: 70), para quem com a globalização, (...)”como sucede com qualquer processo globalizante, não se dá uma deslocação de sentido unívoco para uma homogeneidade cultural”.

Em conexão com este processo de uniformização ou hibridização cultural, a globalização tem proporcionado a emergência de diásporas culturais não forçosamente determinadas pela deslocação física de povos e respectivas culturas (Giddens 1997: 70), como a pós-colonização, a certo tempo, pareceu determinar o quotidiano das ex-metrópoles e do mundo industrializado, em geral. A diáspora a que aqui se refere é a que deriva precisamente da intensificação dos meios de informação e da supremacia dos padrões de consumo dos mercados dos países desenvolvidos sobre os menos desenvolvidos. Não se trata propriamente de uma homogeneização na medida em que estes últimos acabam por ter de se submeter aos princípios daqueles que, na qualidade de mais desenvolvidos, absorvem o estímulo exterior (consubstanciado em bens culturais e artísticos), proveniente do Terceiro Mundo, dando-lhe um sentido próprio, forçosamente diferente do original.

Este quadro de troca de informação, de estímulos e símbolos entre o mundo industrializado e o Terceiro Mundo sucede-se a uma conjuntura em que as regiões em referência, não sendo, de modo algum, estanques, mantinham a sua configuração original, ou talvez melhor, a configuração tal como ela resultara historicamente até aos anos 60, altura em que se dá a última grande leva de independências políticas, no caso as africanas. As independências em referência valem

como o culminar de um processo em que os povos colonizados pela Europa ganham progressivamente consciência do seu destino comum através de movimentos culturais e políticos, como sejam os modernismos sul-americanos, os africanos², o nativismo africano, a negritude, o pan-africanismo, a consciencialização dos povos negros, o revivalismo asiático, etc.. Preconizam os mesmos com a sua acção contestatária o fim do euromundo, para utilizar uma expressão de Adriano Moreira (1993), construindo ou ratificando, ao mesmo tempo, o que, ainda hoje, não sem alguma imprecisão, se continua a designar por Terceiro Mundo³.

Todo este processo acontece sob a égide de ideologias políticas que, no propósito reivindicativo de uma maior dignidade humana para os povos colonizados, defenderam princípios de exclusividade ou autenticidade cultural, na maioria dos casos com impacto apenas regional, mas que, por razões de permeabilização política e de equilíbrio de forças a nível internacional, se tornaram extensivos ao plano nacional. Ainda em nome desta extensão, muitas vezes contestatada pelos povos mais marginalizados, instituíram-se regimes políticos de partido único que, nalguns casos, deram origem às mais aberrantes ditaduras políticas.

Foi esta a conjuntura a que o processo de globalização, o fim da Guerra Fria e a emergência da ideologia de mercado, aliados a outros factores de indole local, vieram pôr cobro. Uma das consequências da mudança conjuntural em causa foi o processo de democratização que aconteceu um pouco por todo o Terceiro Mundo e que em África assumiu particular importância.

² Fenómeno em muito circunscrito à África de língua portuguesa, mormente a Cabo Verde, Angola e Moçambique. O sentido de modernismo aqui referido está praticamente desprovido da dimensão vanguardista e experimentalista com que o movimento aparece revestido em ambientes industrializados e urbanizados. O sentido a que se faz menção é sobretudo o que deriva da sua faceta "expressionista", com grande impacto na versão sul-americana. A sua aplicabilidade à África de língua portuguesa deriva da analogia, sobretudo no que se refere à miscigenação de raças e culturas, entre estas sociedades e as da América do Sul, especialmente a brasileira. Quanto à dimensão vanguardista do modernismo, cf. Bürger 1993. Quanto à aplicação do termo aos contextos afro-lusófonos, cf. Venâncio 1992: 17 e segs e Matusse 1998.

³ O termo foi, ao que parece, utilizado pela primeira vez pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, que, inspirado no título do panfleto do político gaulês Emmanuel J. Sieyès (*Qu'est-ce que le tiers état?* de 1789), pretendeu, por analogia com o "Terceiro Estado" do *Ancien Régime*, referenciar, no ambiente pós-guerra, um vasto conjunto de países e de povos marginalizados no sistema internacional. Posteriormente o termo foi apropriado pelos próprios, que nele viram um importante referente para a consolidação do seu processo de consciencialização, enquanto povos explorados pelas potências europeias. A par desse processo de identificação, o termo passou a estar igualmente conotado com a chamada "terceira via", da qual emergiu o Movimento dos Países Não-Alinhados. Nos anos 60, assistimos a mais uma deslocação de sentido do termo que passou então a referir, quase que exclusivamente, os países subdesenvolvidos ou, mais retoricamente, em vias de desenvolvimento. Não terá sido totalmente alheia a esta deslocação de sentido a "Teoria dos Três Mundos", devida a Mao Zedong (Mao-Tse-Tung). O Primeiro Mundo seria constituído pelas duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética), o "Segundo Mundo" pelos restantes países industrializados.

Os países africanos de língua portuguesa, não obstante a particularidade de terem atingido tardiamente as suas independências políticas, não configuraram um quadro diferente deste, sobretudo quando temos fundamentalmente em mente, nesta comparação, a experiência da África sub-saariana. Ainda em função desta mesma contextualização, será possível, descortinar, por derivação, paralelismos entre as diferentes literaturas nacionais da África lusófona, mormente a angolana, e as literaturas dos restantes países africanos.

2. O contexto literário angolano

Ao nomear, neste ponto, a experiência literária angolana, terei fundamentalmente em atenção a periodização como factor da sua sistematização. Faço-o porque, de todos os factores passíveis de a caracterizarem, a periodização é, pela historicidade em que assenta, aquele que reflecte de forma mais directa as conjunturas atrás referidas. Num estudo anterior (Venâncio 1992) procedi a uma classificação da produção literária na África lusófona, inferida da intencionalidade textual, que resultou nos seguintes parâmetros: uma primeira divisão entre produção referente ao período colonial e a que ocorreu após as respectivas independências, durante o período pós-colonial. No que diz respeito ao período colonial, duas fases foram diferenciadas: uma primeira determinada por uma reivindicação cultural (em que a intencionalidade política vinha em segundo plano) e outra em que a reivindicação política se afirmava como a principal intencionalidade textual. No que respeitava ao período pós-colonial, descortinei, na altura, três tendências temáticas: a reconsideração do passado colonial, o impasse suscitado pelo confronto da utopia política, então defendida, com a realidade a ser transformada e, por fim, a crítica aos comportamentos que desvirtuavam a utopia. Esta última tendência foi sobretudo significativa na literatura angolana, evidenciada pela existência de uma profícua sátira social. De referir, aliás, que a literatura angolana serviu de paradigma não só na identificação desta tendência, como, no fim, de todo o esforço de sistematização então realizado. A relativa proliferação da produção literária angolana, em relação às restantes literaturas lusófonas, justificou-o.

Os desenvolvimentos sociais referidos no ponto anterior (o acentuar do fenómeno da globalização, o fim da Guerra Fria, etc.), assim como os últimos desenvolvimentos da literatura angolana, desactua-

lizam, de certa maneira, a sistematização em causa. Em texto recente (Venâncio 1998) propus, em relação à literatura angolana (podendo contudo ser extensível às restantes literaturas com as devidas adaptações), uma periodização que atendesse a este conjunto de transformações. Em vez dos períodos colonial e pós-colonial, optei por englobar toda a produção literária produzida sob o signo da nacionalidade (que o mesmo será dizer, sob a égide das ideologias políticas e dos princípios de “autenticidade” ou “genuidade” cultural) num macro-período que designei por “época da nacionalidade”. Nela incluí a produção literária de escritores como Luandino Vieira, Uanhenga Xitu, Manuel Rui [até *Rio Seco* (Lisboa 1997)] e Pepetela [até *A geração da Utopia* (Lisboa 1992), o livro da viragem, e *A gloriosa família* (1997)]. Em termos históricos, esta “época” corresponderá ao período da luta pela independência e, depois de conseguida esta, ao da chamada reconstrução nacional. Directa ou indirectamente é detectável nos textos que a compõem propósitos políticos definidos, consubstanciados com a defesa de uma utopia que surge, em quase todas as circunstâncias, confundida com a criação de uma nação multiétnica e multirracial, se não a-racial. Utopia deixa-se assim definir como um espaço de harmonia social e política a alcançar.

À “época da nacionalidade” parece estar a suceder um tipo de literatura onde a motivação política está ausente ou, quando muito, relegada para um plano secundário. O problema da nacionalidade, enquanto realidade política a ser consolidada, pouco ou nada parece condicionar os actos de escrita. Em consonância com o espírito da nova conjuntura, configurada pela globalização de mercados e vivências culturais, assiste-se à exploração de formas e conteúdos literários que, combinando padrões locais com outros tidos por universais, dão lugar àquilo que, na falta de melhor termo, tenho designado por “extraterritorialidade simbólica”. Trata-se de um aprofundamento (pelo menos, é assim pensado) do que Giddens (1997: 70) entende por diásporas culturais sem deslocação física. Aprofundamento porque tento cingir-me à literatura escrita e, aproveitando da teoria do sistema-mundo a troca desigual entre os países industrializados e os do Terceiro Mundo, entendo que a transferência de bens, valores e símbolos culturais, viabilizada por essas diásporas, está longe de ser equitativa. Como nos bens materiais, nas riquezas naturais, também aqui assistimos ao preterimento do local em favor do mais universal. Este universal, pelo seu lado, é em muito condicionado pela experiência histórica dos países industrializados do Ocidente e da hegemonia

que detiveram e, de certa maneira, continuam a deter, sobre o restante mundo. E tal dá-se porque os artistas, os escritores, desejando viver do seu trabalho, impossibilitados, porém, de alcançar esse objectivo junto daqueles que, em princípio seriam os seus leitores naturais (impossibilitados que estão estes de adquirir e, nalguns casos, de entender - porque analfabetos - o que eles escrevem) se viram para os mercados ocidentais, mormente para os das ex-colónias. Romances como *A gloriosa família* (Lisboa 1997) de Pepetela, *Rioseco* (Lisboa 1997) de Manuel Rui são, sob diferentes matizes, exemplos desta nova fase⁴. A suspeição de "extraterritorialidade", em que incorre, acaba, aliás, por ser confirmada pela tiragens dos livros destes autores no mercado editorial português⁵.

3. Sobre a questão da originalidade na literatura angolana

O objectivo desta comunicação é mostrar de que forma os romancistas angolanos souberam aproveitar os condicionalismos históricos para valorizar esteticamente os seus textos. No que diz respeito à primeira conjuntura, fácil seria - tendo em atenção o facto de a originalidade intelectual e artística ser, em princípio, incompatível com uma postura orgânica ou gramsciana da vivência intelectual - rotular a produção literária acontecida sob a égide da nacionalidade como sendo de valor literário menor. A realidade não é, porém, essa.

Antes de propriamente iniciar a explicação deste facto, será de referir que, não obstante a existência de bons poetas, tais como J.A.S. Lopito Feijoó K., David Mestre e José Luís Mendonça - que chegaram a antecipar-se à viragem verificada com Pepetela e Manuel Rui -, a prosa, mormente o romance, tornou-se na grande figura da literatura angolana. É hoje o seu *ex-libris*. É uma condição dos tempos a que Angola não se pode subtrair. Mas mais, como acima referi, o romance, enquanto género literário, é, pela sua natureza épica, o género que

⁴ De referir que esta viragem entre os romancistas angolanos foi, de certa forma, antecedida pelo percurso literário de, pelo menos, dois outros romancistas afro-lusófonos: Germano Almeida, de Cabo Verde, e Mia Couto, de Moçambique. A antecipação em causa deveu-se fundamentalmente à especificidade histórica e cultural dos respectivos países.

⁵ O condicionamento do mercado e da crítica ocidental não é, ao que parece, apenas sentido pelos escritores. Os pintores também o sentem. Veja-se, por exemplo, as queixas dos pintores cabo-verdianos Manuel Figueira, Luisa Queirós e Bela Duarte sobre o seu relacionamento com os galeristas, críticos e colegas portugueses porque, na qualidade de cabo-verdianos, detentores de uma cultura mista, se vêem impossibilitados de explorar o exótico africano nas suas obras. O exótico, neste caso específico, abrir-lhes-ia portas, só que numa situação de inferioridade de dependência. Em vez de ombrearem de igual para igual com os seus pares, seriam situados num patamar abaixo daqueles. Cf. Venâncio 1996.

O mesmo desalento foi manifestado por cineastas como Zezé Gamboa, de Angola, nas Jornadas de África que tiveram lugar na Universidade Nova de Lisboa, em Maio de 1998.

melhor reproduz os compromissos históricos que têm sido descritos, transformando-se, como tal, num excelente objecto para estudos sociológicos.

As características que têm sido apontadas a este género, quer por sociólogos, como Lukács e Goldmann, quer por semiólogos, como Kristeva (1984), confirmam as suas potencialidades como unidades de significação social e histórica e, na base desse poder referencial, de consumação estética. Entre as características então apontadas, remetendo quase todas para o texto inicial de Lukács, contam-se as seguintes:

1) o romance vale pelo seu conteúdo puro, i.e. não tem uma forma fixa;

2) está-se, segundo Lukács, perante um ilimitado contínuo, em que as partes estão submetidas ao todo, o qual é, por sua vez, perceptível enquanto ideograma (in Kristeva) ou enquanto isotopia (in Greimas);

3) a realidade narrada, o conteúdo do romance, não tem princípio nem fim, embora pareça limitado pelo princípio e pelo fim do texto. O romance é, em si, um processo de mutação, um processo de transformação para um objectivo nunca alcançado. Esta mutabilidade faz com que ele se torne, segundo Kristeva (1984: 17), o próprio discurso do tempo. É a palavra, os enunciados, que introduzem a categoria tempo. Este, no que diz respeito ao romance clássico - que acompanhou a afirmação da modernidade e do capitalismo -, é geralmente linear ou monocronamente representado; o romance moderno (ou pós-modernista) tem-se caracterizado, por outro lado, em representá-lo de forma policrona, no que procura recuperar o seu sentido pré-capitalista;

4) é a história de uma procura, por parte de um herói individual, de valores autênticos numa sociedade degradada. Para Goldmann, tratando-se o romance de um género que, por excelência, pertence à modernidade, a sociedade em referência é a capitalista e os valores não autênticos que “degradam” a busca individual, correspondem, nessa sociedade ou sistema, ao valor de troca, o símbolo da sua subversão.

Trata-se de características observáveis tanto nos enunciados romanescos referentes ao período da nacionalidade, como igualmente observáveis nos do período posterior. Começemos pelos da “época da nacionalidade”. Tomemos, como exemplo, a novela de Luandino Vieira, *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, (Luanda 1979), escrita

em 1961. Trata-se de um texto de combate, com fortes ressaibos do neo-realismo português, nele se notando, enquanto ideograma ou isotopia, uma forte convicção política e ideológica que é identificável com a defendida pelo MPLA. Muita da sua originalidade vem da dimensão épica que em muito ultrapassa o plano trivial dos acontecimentos ou estratégias políticas. A solidariedade entre Domingos Xavier, tractorista e negro, e Silvestre, branco e engenheiro, vai para além da sociedade degradada, a colonial-capitalista, que os estigmatizou enquanto tais. Fazendo da novela uma plataforma de mudança, de transformação sócio-política, Luandino dá o mote para as utopias pós-coloniais, sabiamente exploradas por Pepetela. Mas mais. Não descurando o seu lugar histórico, *A vida verdadeira...* não deixa de patentear ainda hoje uma actualidade (provavelmente a mesma que os textos utópicos de Pepetela) que advém do facto de, no fim, a procura dos valores autênticos (no caso, o não racismo) continuar hoje a ser uma preocupação premente, embora já não condicionada pela construção da nação. O tempo nesta novela, fazendo justiça à influência neo-realista, é representado de forma linear, sem que, contudo, tal procedimento a empobreça esteticamente ou seja, deixe de relevar, na devida medida, as características anteriormente apontadas.

No período que se seguiu à independência, coube a Pepetela, como acima deixei antever, retomar a utopia de Luandino Vieira e dar-lhe matizes tais que o transformaram num caso especial entre os romancistas africanos de língua portuguesa. Romances como *Mayombe* (Lisboa 1980), *Yaka* (Lisboa 1985), *O cão e os caluandas* (Lisboa 1985), são exemplo duma procura de valores autênticos numa sociedade que não dá mostras de querer deixar de ser degradada. O mundo exterior, as relações capitalistas internacionalmente assumidas, surgem como forte condicionante do percurso daqueles que, em princípio, haveriam de levar a bom termo a utopia. Esses são os alvejados na crítica que o autor faz em *O cão e os caluandas*. O mesmo fizeram Manuel Rui em *Quem me dera ser onda, Crónica de um mujimbo* (Luanda 1989) e *1 Morto & os vivos* (Lisboa 1983) e Uanhenga Xitu em *O Ministro* (Luanda 1990), constituindo estes textos importantes referências de uma tendência satírica que, em princípios dos anos 80, se desenvolveu na literatura angolana.

Retomando, porém, o sentido épico e transformacional dos romances de Pepetela, vale referir que a sua grandeza deriva em muito da conjugação, mesmo que em termos puramente referenciais, do pas-

sado, do presente e do futuro, artifício de que o autor se tem servido para enunciar a utopia ao mesmo tempo que a vive antecipadamente. Se mais tarde vem mostrar em *A geração da utopia* (Lisboa 1992) o seu desalento pela não confirmação do que havia antecipado, tal não desmerece esteticamente os romances utópicos. Sobretudo porque a utopia em Pepetela não é propriamente uma meta a atingir no futuro, mas sim, como em Ernst Bloch (1985), uma antecipação vivencial e estética. É construída no dia a dia, como se de uma pedagogia se tratasse. Se a sua componente política se esvaiu, restou uma prática pedagógica que, como no passado, no presente e no futuro, continuará a ser útil não só aos angolanos, como a todos os que buscam valores humanos não estigmatizados em raças ou etnias. Aliás, devo igualmente mencionar que o facto de Pepetela e os outros escritores angolanos viverem numa sociedade particularmente afectada por essas clivagens fez com que tivessem à disposição um manancial de dificuldades (a serem ultrapassadas pelos heróis dos seus romances) que, à partida, se constituíram como um importante contributo para o enriquecimento estético dos seus textos.

Assim poder-se-á afirmar que, não obstante o sentido político com que Pepetela revestiu a utopia que desenvolveu nos seus textos, pela forma como o fez, permitiu que a mesma sobrevivesse na conjuntura que se sucedeu à “época da nacionalidade”. Ela não deixa de estar presente no seu mais recente romance, *A gloriosa família*, um romance histórico, tratando do período entre 1641-48, em que Luanda e parte de seu *hinterland* foram ocupados pelos holandeses. Explorando a contribuição holandesa para a constituição da angolanidade, confrontando-a com a contribuição portuguesa, acaba por escrever um romance em que a procura dos tais valores autênticos tanto acaba por interessar a angolanos, como a portugueses⁶. É, como atrás disse, um romance marcado pelo que, provavelmente não nos melhores termos, designei por “extraterritorialidade simbólica”. É, como vimos, seguido, neste propósito, por Manuel Rui com o *Rioseco*.

Condicionados pelas circunstâncias sociais onde inscrevem os seus enunciados, assim têm os escritores angolanos procurado dispor os seus textos em termos temporais por forma a atenderem às exigências intelectuais do actual público leitor, quer em Angola, quer nos mercados exteriores. Hoje, as expectativas desse público estão para

⁶ De salientar que nenhum dos escritores lusófonos envolvidos neste processo de “desterritorialização simbólica” exploram dimensões mais universais, integrando nos seus *récits* vivências e acções ocorridas nos países industrializados, como o faz, por exemplo, a escritora indiana Arundhati Roy (*O Deus das pequenas coisas*, Porto: Asa 1998), cujo sucesso mundial, segundo alguns críticos, radica precisamente nesse facto.

além do facilitismo que decorre de uma disposição linear do tempo. Atento a esse pormenor, Pepetela soube explorar, a seu favor, o facto de viver numa sociedade dividida entre dois mundos, de um lado, o que alguns designam por sociedade central e que eu tenho designado por “experiência crioulezante”, e, do outro, o mundo étnico, em geral. Acreditando na conciliação dos mesmos, organizou os seus *récits* de forma a fazê-los corresponder a importantes fases da junção, que o mesmo será dizer, da constituição da nação e da realização da utopia⁷

4. Considerações finais

Após esta breve exposição - forçosamente incompleta porque, no fim, não é mais do que a exposição de um projecto - pode-se concluir que a originalidade e a vitalidade da literatura angolana, mormente do seu romance, advém da maneira subtil com que os escritores souberam, e têm sabido, em qualquer das conjunturas referidas - quer na da nacionalidade, quer na da globalização - conciliar o particular, o local, com o que é mais universal. Muita desta mestria derivará da sua formação. Muitos dos visados têm preparação universitária. Esta tem-lhes proporcionado uma actualização não só no que diz respeito às experiências dos seus colegas doutros países, como também aos posicionamentos e proposições de teóricos da literatura e de críticos literários estrangeiros, assim como igualmente lhes tem permitido apreender, na conjuntura da globalização, o gosto e a subtilidade do público estrangeiro, para quem também se vêm obrigados a escrever.

De referir ainda que uma tal viragem na literatura angolana tem levado a que sectores mais tradicionalistas e politizados da intelectualidade angolana não aceite de bom grado o novo percurso dos seus colegas. Esta reacção não deve, por outro lado, ser considerada como única, não só em relação à África de língua portuguesa, como também em relação ao Terceiro Mundo. Trata-se de reacções que surgem envolvidas em fenómenos de índole social mais vasta, contestatárias do processo de globalização, que na América Latina se caracterizam por visitar o paradigma ou teoria da dependência, na Ásia são geralmente referenciados como revivalismo, em África como neo-negrismo (Kabou 1991) e no universo islâmico se têm traduzido em fundamen-

⁷ O escritor moçambicano Mia Couto não opta em *Terra sonâmbula* por uma técnica muito diferente. É a leitura, em voz alta, dos cadernos de Kinzu que marca o tempo do romance. “Quero pôr os tempos, em sua mansa ordem, conforme esperas e sofrências” (p. 15), reza o início do primeiro caderno. Quem lê é o miúdo Muidinga. Fá-lo ao velho Tuhair, seu acompanhante, na retirada ou fuga da guerra que assolou o país. Encontraram os cadernos dentro de uma mala que jazia ao lado de um corpo, supostamente o de Kinzu, viajante de um autocarro que, como muitas outras nessa guerra fratricida, havia sido incendiado.

talismos religiosos.

BIBLIOGRAFIA

ALBROW, M., 1990, "Introduction", in M. ALBROW e E. KING (Eds.), *Globalization, Knowledge and Society*, Londres: Sage

BÜRGER; Peter, 1993 [1974], *Teoria da vanguarda*, Lisboa: Vega

BLOCH, Ernst, 1973 [1965], "Antizipierte Realität - wie geschieht und was leistet utopisches Denken?", in R. VILLGRADTER e F. KREY (Hrsg.), *Der utopische Roman*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft: 18-29

GENOV, Nikolai B., 1997, "Four Global Trends: Rise and Limitations", in *International Sociology*, 12, 4, 1997: 409-428

GIDDENS, Anthony, 1997 [1994], *Para além da esquerda e da direita*, Lisboa: Celta

GOLDMANN, Lucien, 1986 [1964], *Towards a Sociology of the Novel*, Londres / Nova Iorque: Tavistock Publications

LEE, Raymond L.M., 1997, "The Limits and Renewal of Modernity. Reflexions on World Development and Asian Cultural Values", in *International Sociology*, 12, 3: 259-274

KABOU, Axelle, 1991, *Et si l'Afrique refusait le développement*, Paris, L'Harmattan

KRISTEVA, Julia, 1984 [1979], *O texto do romance. Estudo semiológico de uma estrutura discursiva transformacional*, Lisboa: Livros Horizonte

LUKÁCS, Georg, 1971 [1920], *The Theory of the Novel*, Londres: Merlin Press

MATUSSE, Gilberto, 1998, *A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa*, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane / Livraria Universitária

MOREIRA, Adriano, 1993, *Ciência Política*, Coimbra: Almedina

PIETERSE, Jan Nederveen, 1994, "Globalisation as Hybridisation", in *International Sociology*, 9, 2: 161-184

VENÂNCIO, José Carlos, 1992, *Literatura e poder na África lusófona*, Lisboa: Ministério da Educação / ICALP

VENÂNCIO, José Carlos, 1996, *Colonialismo, antropologia e lusofonias. repensando a presença portuguesa nos trópicos*, Lisboa: Vega

VENÂNCIO, José Carlos, 1998, "A literatura angolana. Uma breve introdução", in *Revista Mar Além*, nº 0 (no prelo)